

IMPEACHMENT

Witzel tenta escapar na Justiça

Isolado politicamente, governador do Rio quer questionar processo da Assembleia Legislativa

Frustrada a articulação política com a Assembleia Legislativa, que autorizou por unanimidade a abertura de seu processo de impeachment, o governador Wilson Witzel (PSC) trabalha para levar a batalha para um campo que domina: o judicial.

Para permanecer no cargo, o ex-juiz federal insistirá na indicação de supostas falhas no rito processual adotado pela Alerj e na tese da ausência de materialidade para acusá-lo de crime de responsabilidade.

Advogado por formação, Witzel está preparado para recorrer ao Tribunal de Justiça do Rio, ao STJ (Superior Tribunal de Justiça) e ao STF (Supremo Tribunal Federal).

69 em 70

O processo de impeachment foi iniciado há cerca de um mês, com o voto favorável de 69 dos 70 deputados da Casa. O

pedido foi amparado nas denúncias referentes a supostos desvios por meio de contratos firmados com a Secretaria de Saúde.

Segundo o Ministério Público, há indícios de participação ativa de Witzel quanto ao conhecimento e ao comando das contratações. Ao fim de maio, durante a operação Placebo, a Polícia Federal apreendeu o celular e o computador do governador.

Para tentar evitar o impeachment, Witzel estruturou uma forte equipe de advogados. Na área criminal, o governador é assessorado pelo advogado Roberto Podval, que teve como cliente o ex-ministro José Dirceu. Witzel também conta com os serviços de Ana Tereza Basilio e Manoel Peixinho.

Suspensão

Há cerca de duas semanas, a de-

fesa do governador já havia sinalizado qual seria a estratégia adotada. Na ocasião, seus advogados encaminharam à Alerj um pedido de suspensão do processo de impeachment.

A defesa argumentou que faltava materialidade à acusação, ou seja, que não havia no processo elementos concretos que incriminassem Witzel.

Diante do pedido, a comissão especial do impeachment concordou em suspender a contagem dos prazos enquanto aguardava que o STJ enviasse a cópia dos inquéritos que resultaram na operação que atingiu o governador.

A corte, no entanto, recusou-se a compartilhar as informações, devido ao sigilo de Justiça. Mesmo assim, a comissão da Alerj resolveu retomar os prazos, obrigando Witzel a apresentar sua defesa até o fim

de julho.

Os deputados argumentaram que com as informações públicas disponíveis já seria possível embasar o processo.

Entre outros documentos, a comissão incluiu no processo a petição inicial da denúncia da Operação Favorito, disponibilizada pelo MPF, que mirou contratos da saúde, e a decisão do ministro Benedito Gonçalves, do STJ, no pedido de busca e apreensão realizado em maio, que teve o governador como alvo.

A negativa do STJ em compartilhar informações poderá ser uma arma para a defesa de Witzel, que utilizará a decisão como um sinal de que o processo em curso na Alerj carece de conjunto probatório que comprove o envolvimento do governador em irregularidades.

Dos 70 deputados estaduais do Rio, 69 votaram para admitir o processo de impeachment



Witzel cercou-se de advogados para tentar barrar judicialmente o processo movido na Alerj contra ele

SAIBAMAI

» Como o sistema bicameral não existe no âmbito estadual, a lei federal define que, no caso dos governadores, um tribunal misto com deputados e desembargadores assume o papel de "segunda instância".

» No passado, governadores alvo de processos de impeachment conseguiram judicializar a questão e se livrar do afastamento.

» Foi o caso do ex-governador João Capiberibe, que obteve vitórias junto ao STF e a desembargadores do Tribunal de Justiça que formaram o tribunal misto para julgá-lo. Os magistrados entenderam que havia irregularidades jurídicas no processo e decidiram suspendê-lo.

» O fato é lembrado nos bastidores da Alerj. Deputados acreditam que Witzel, ex-juiz, deve adotar estratégia semelhante à de Capiberibe.

Digital na contratação de organização social

Para fundamentar os indícios de crime de responsabilidade do governador Wilson Witzel, os deputados do Rio de Janeiro deverão focar no caso que envolve a Organização Social Unir. Eles entendem que ali está a "digital" de Witzel no esquema.

Em março deste ano, o governador revogou uma portaria de outubro do ano passado que proibia a Unir de firmar contratos com o poder público, após constatação de irregularidades na prestação de serviços.

Segundo o Ministério Público, esse despacho foi fruto de um ajuste ilícito entre o governador e o empresário Mário Peixoto, que seria o verdadeiro dono da Unir. Peixoto, pessoa do convívio de Witzel, foi preso em maio na Operação Favorito.

O deputado estadual Luiz Paulo (PSDB), autor do pedido de impeachment encaminhado na Casa, defende que o crime de responsabilidade de Witzel está bem fundamentado. "A decisão é política, mas em cima de um fato concreto. Tem

todas as digitais do governador, principalmente no caso da Unir", afirma.

No pedido de suspensão do processo na Alerj, os advogados de Witzel também questionaram o rito adotado pela Casa. A expectativa é de que a defesa continue buscando brechas para descredibilizar o processo.

A Assembleia segue a lei federal 1.079, de 1950, e a súmula vinculante 46 do STF. Juntas, as determinações preveem que cabe à União legislar sobre crimes de responsabilidade e definir o rito do impeachment dos governadores.

Ainda que a legislação federal contemple o caso de Witzel, a inexistência de um regramento estadual pode ser utilizada pela defesa como uma oportunidade para questionar o encaminhamento do processo, especialmente no que diz respeito a detalhes da tramitação.

No âmbito federal, o impeachment deve primeiro ser admitido pela Câmara dos Deputados para depois ser julgado pelo Senado.

SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA DE PESSOAL, ENSINO,
SAÚDE E ESPORTE
HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS

MINISTÉRIO DA
DEFESA

PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 46/2020-HFA

Aviso de Abertura de Licitação

Registro de Preços com a finalidade de adquirir, de forma parcelada, equipamentos de saúde para os setores subordinados à Divisão de Enfermagem para atendimento e enfrentamento ao COVID-19, no Hospital das Forças Armadas, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas no instrumento convocatório.

Cópia do Edital: Poderá ser adquirido no site: www.comprasgovernamentais.gov.br.

Abertura da Sessão Pública: 21 de julho de 2020, às 09h.

Endereço: Sítio <http://www.comprasgovernamentais.gov.br>.

Brasília - DF, 10 de julho de 2020
KLADSON TAUMATURGO FARIAS - Cel R/1
Ordenador de Despesas do HFA